

Demografia histórica: da semeadura à colheita

José Flávio Motta

Iraci del Nero da Costa*

Introdução

No âmbito das atividades do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, promovido pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP -, realizou-se uma mesa-redonda na qual, sob o tema Demografia Histórica e Grupos Sociais, procedeu-se a um balanço da situação atual e das perspectivas abertas à demografia histórica, seja no contexto europeu, seja no caso brasileiro. Este levantamento, para o Brasil, foi empreendido por Maria Luíza Marcílio, que dedicou boa parte de sua intervenção à apresentação de um histórico do desenvolvimento da demografia histórica em nosso País.

A existência mesma dessa mesa-redonda traduziu a concretização — tomada possível pela ação diligente da coordenação do Grupo de Trabalho População e História, com a colaboração de vários estudiosos vinculados à área — do encaminhamento preconizado em dossiê elaborado por Iraci del Nero da Costa e apresentado no encontro anterior da ABEP, em outubro de 1994:

[...]pode-se afirmar que a demografia histórica já se fixou definitivamente entre nós e que tal campo de conhecimento marcha rapidamente para sua plena maturidade. Conclui-se, ainda, que, dada a amplitude da área e o expressivo número de pesquisadores a ela vinculados, a

continuidade de seu amadurecimento ver-se-á grandemente facilitada se conseguirmos encaminhar um amplo, conseqüente e enriquecedor debate sobre nossos problemas comuns e do qual possa resultar, a par de um elenco de metas a serem perseguidas, o mapeamento dos rumos a seguir. Por fim, devemos conceder que se impõe ao observador do desenvolvimento da demografia histórica brasileira, necessariamente, o reconhecimento da existência, na área, de grandes lacunas e muitas carências; não obstante, para nós, engajados que estamos em tal processo, tais óbices definem-se, tão-somente, como desafios a superar, como tarefas a cumprir. É justamente visando contribuir para que o façamos de maneira coletiva, sistemática e metódica que se elabora o presente dossiê. (Costa, 1994b: 3)

O objetivo deste texto é exatamente contribuir para a reflexão acerca dos possíveis rumos a serem seguidos pela demografia histórica brasileira na virada do milênio que se aproxima. O caminho que vislumbramos vincula-se estreitamente a um dado entendimento da própria definição que, acreditamos, deva ser emprestada à demografia histórica entre nós. Nossa proposta implica que

* Professores da Faculdade de Economia e Administração - FEA - da Universidade de São Paulo - USP - e membros do Núcleo de Estudos em História Demográfica desta Faculdade. Os autores agradecem aos demais integrantes do Núcleo pelos comentários efetuados, em especial a Nelson Nozoe e Renato Leite Marcondes.

evitemos os limites por demais restritos postos pela Demografia formal e avancemos firmemente na direção da interdisciplinaridade, que tão profícua se tem mostrado. Mais ainda, trata-se de realizar, respaldados pela portentosa produção científica que se tem efetuado na área, solidamente ancorada, do ponto de vista empírico, em largo espectro documental, um esforço votado ao objetivo de elaborar esquemas interpretativos renovados do processo de formação demográfica, econômica e social do Brasil.

Demografia histórica: uma definição

A definição e o escopo da demografia histórica têm sido objeto da atenção de vários estudiosos que desenvolvem suas pesquisas na área. Por exemplo, em texto recente, de caráter didático, Sergio Odilon Nadalin preocupa-se com a "[...] questão da amplitude que acabou tomando a demografia histórica. Originalmente delimitada do ponto de vista metodológico, hoje esta disciplina é sinônimo de história demográfica, de história da população e até mesmo de certas parcelas da história social que se utilizam de fontes originariamente usadas pela demografia histórica" (Nadalin, 1994: 46). De fato, a demografia histórica tem-se colocado como um corpo de conhecimentos de densidade e abrangência indubitavelmente impressionantes. Essa característica, longe de ser negativa, evidencia a propriedade da adoção de uma igualmente abrangente definição de demografia histórica, tal como a proposta por Iraci del Nero da Costa (1994a: 3-4):

A demografia histórica, que tem como objeto precípuo de estudo as populações humanas do período pré-censitário (o qual engloba os períodos pré e proto-estatísticos), é o campo da Ciência Social que, estabelecendo, in totum ou parcialmente, o estado e os movimentos daquelas populações, procura identificar as causas e conseqüências dos mesmos, bem como explicitar as inter-relações destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto, lança mão,

também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao seu escopo. Presentes estas fontes e aquelas técnicas e modelos, a demografia histórica estende-se ao período censitário. Cumpre observar, ademais, que os resultados propiciados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos tidos como puramente demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos da Ciência Social.

Deve ficar claro que, subjacente à definição de demografia histórica que adotamos, encontra-se um entendimento da ciência demográfica que implica necessariamente o enfoque interdisciplinar. Para ilustrar este ponto, lancemos mão dos ensinamentos de Alfred Sauvy, em obra cuja primeira edição data de 1944. Preocupado em explicitar as diretrizes a nortear um tratamento adequado daquilo que denomina "problemas de população", Sauvy observa que é possível distinguir três partes essenciais: a exposição dos métodos (é a parte técnica), a base de dados (sobre os casamentos, os óbitos, a população segundo a idade, o sexo etc.; é a parte descritiva) e, finalmente, o estudo das causas e conseqüências econômicas e sociais dos fenômenos observados (é a parte doutrinal). Enquanto a primeira e a segunda partes compõem a demografia pura, exigindo o domínio do instrumental matemático, a terceira "[...] faz menos apelo às matemáticas, porém abre espaço à mediação de múltiplos ramos do conhecimento: economia, sociologia, medicina ou nosologia, biologia, psicologia, história e geografia, direito, sem falar naturalmente da ciência política" (Sauvy, 1970: 6).

Esta abertura para a interdisciplinaridade é, de fato, crucial. É tal entendimento que imprime à definição de demografia histórica que adotamos boa parte do caráter polêmico que ela carrega. Trata-se, na verdade,

de, por princípio, evitar a distinção entre demografia histórica e história demográfica, distinção esta que reproduz, no campo da demografia retrospectiva, a diferenciação entre, de um lado, a análise demográfica e, de outro, os estudos de população. Vale a pena explicitar mais pormenorizadamente esta questão, para o que nos servimos dos comentários efetuados por Neide Patarra (1980) em seu trabalho "Objeto e campo da Demografia".

Assim, no decurso do período que se seguiu à Segunda Grande Guerra, assentou-se como paradigmática uma definição de demografia marcada pela segmentação radical entre — uso aqui os mesmos termos empregados por Sauvy — a "demografia pura" e a "parte doutrinal", sendo esta última, efetivamente, apartada do âmbito daquilo que se passou a considerar como a *ciência demográfica*. Àquele período, como sabido, vivenciava-se expressivo incremento na produção de dados de estatísticas vitais, em especial nos países mais desenvolvidos. De outra parte, no caso dos demais países, fazia-se premente a preocupação com um processo de crescimento populacional aparentemente fora de controle. Integrando o conjunto de trabalhos que traduziam esse evoluir da ciência demográfica na década de 50, punha-se a hoje clássica definição proposta por Hauser e Duncan (1959) no texto "Demography as a science":

Demografia é o estudo do tamanho, da distribuição territorial e da composição da população, das mudanças e dos componentes de tais mudanças; estes últimos podem ser identificados como natalidade, mortalidade, movimentos territoriais (migração) e mobilidade social (mudança de status). (Hauser e Duncan, apud Patarra, 1980: 10)

Observe-se que, na definição citada, "mobilidade social" assume o significado restrito de alterações no estado civil (mudança na condição de solteiros a casados) ou aquelas decorrentes da natalidade, da mortalidade e das migrações.

Foram certos, assim o cremos, os comentários críticos elaborados por Neide

Patarra à definição acima referida, razão pela qual passamos a reproduzi-los na longa citação a seguir:

A fim de poder executar os vários programas de controle demográfico, seja sob a forma de clínicas de 'planejamento familiar', seja por meio da capacitação de especialistas nos diversos países não-industrializados, era preciso obter a legitimação científica dessas atividades. Nesse sentido, entendendo ciência como 'um corpo de conhecimento empírico-sistemático', Hauser e Duncan procuram revestir a Demografia de um caráter neutro e objetivo, cujos resultados possam orientar políticas adequadas.

Ao mesmo tempo, conectada estreitamente com o interesse em processos de intervenção e controle, a legitimação da Demografia implica, também, uma tentativa de explicação da dinâmica populacional que não é possível apenas através da análise das vinculações entre as variáveis que a compõem. Assim, os próprios autores são levados a incorporar dimensões 'externas' às variáveis demográficas, para dar conta da análise dos chamados 'determinantes e conseqüências das tendências populacionais'. Isso é feito através da separação proposta entre Análise Demográfica e Estudos Populacionais, que hoje já faz parte do vocabulário corrente entre os estudiosos de população.

A Análise Demográfica restringe-se [...] ao estudo dos componentes da variação e mudança populacional; a 'explicação' esgota-se, neste caso, ao nível das inter-relações internas às variáveis demográficas, mencionadas na definição. Os Estudos de População, por sua vez, referem-se não apenas

às variáveis demográficas mas também às relações entre mudanças na população e outras variáveis — sociais, econômicas, políticas, biológicas, genéticas, geográficas, etc.

É de se ressaltar, nessa diferenciação, o caráter contraditório com o objetivo de legitimação da Demografia; ao mesmo tempo em que se pretende elevar a Demografia ao status de disciplina científica autônoma, verifica-se que seu alcance aplicativo é restrito, portanto, deve ser ampliado com a inclusão de variáveis tais que tornam tênues e movediços os limites formais entre essas e outras disciplinas que têm por objeto de estudo as populações humanas. (Patarra, 1980: 10-11)

Ora, a demografia histórica incorpora um dilema em boa medida análogo a esse que caracteriza a definição de demografia. Ramo do conhecimento cuja gênese e desenvolvimento são muito recentes, são evidentes as aspirações da demografia histórica ao rótulo de cientificidade. Por outro lado, não são menos evidentes — a eles voltar-nos-emos na seção subsequente — os “transbordamentos” de caráter interdisciplinar, a partir de um enfoque estritamente demográfico, que definem o perfil dos estudos de demografia histórica, em especial em um caso como o brasileiro, no qual se mostram ainda extremamente importantes as lacunas e imprecisões da historiografia. Dessa forma, se a afirmação como ciência demanda maior nitidez na delimitação de seus objeto e escopo, a prática da disciplina tem apontado claramente para a fluidez destes mesmos limites.

Uma primeira solução para esse problema da demografia histórica, solução a qual reputamos como a mais fácil, porém sem dúvida não a mais feliz, foi exatamente a adoção de um procedimento similar ao seguido por Hauser e Duncan para o caso da demografia. O paralelo mostra-se patente no trecho seguinte, extraído do livro anteriormente mencionado de Sergio Nadalin (1994: 47-48):

Em resumo, de um lado temos uma demografia ‘formal’ e matemática, desenvolvida por demógrafos ‘puros’ bem relacionados com os chamados métodos das ciências exatas, e cujo trabalho sustenta-se em rigorosas técnicas de análise. De outro, ‘demógrafos’ debruçando-se sobre os estudos de população, tendendo a análises subjetivas das ciências sociais.

Assim, existe uma história das populações, que inclui no seu âmbito uma história demográfica ou/e uma demografia histórica. [...] No privilegiamento de uma dimensão temporal dos fenômenos demográficos, projetada geralmente para um passado ‘pré’ ou ‘proto-estatístico’, [...] temos, de um lado, uma demografia histórica e suas pretensões nomotéticas generalizadoras, tendendo a análises quantitativas. De outro, uma história demográfica tendendo ao que aconteceu, à história da população, parte de uma história social que desemboca, por sua vez, em uma variedade de estudos interdisciplinares.

Parece-nos claro que, à medida que a distinção acima tenha por objetivo, inclusive, fortalecer a demografia histórica, “depurando-a” dos “transbordamentos” que nela imprimem a fluidez interdisciplinar, tal objetivo não será atingido. Muito pelo contrário. De fato, como observado por Maria Luiza Marcílio (1977: 4), pioneira nos estudos de demografia histórica no Brasil:

A força da Demografia Histórica vale hoje também pela extraordinária contribuição de seus produtos paralelos. O paciente trabalho das fichas de famílias constituídas com base nos registros da cristandade ou nos velhos censos nominais pré-estatísticos e séries fundamentais variadas conduziu à história quantitativa de níveis da sociedade e de níveis da cultura, como

a história das atitudes, dos comportamentos e das sensibilidades coletivas, diante da vida, da morte, do amor, da pobreza, da infância, à história do casal e da família, da doença, das estruturas socioeconômicas, para ficarmos em apenas alguns deles.

Em suma, urge internalizar, nos limites da demografia histórica, essa força advinda de seus "produtos paralelos". Para tanto, põe-se, uma vez mais, a propriedade da definição abrangente sugerida por Iraci da Costa. Tal definição constitui a melhor forma de encarar a demografia histórica, mantê-la íntegra, coesa, forte, dando guarida, em seu bojo, às centenas de trabalhos que têm sido produzidos e que têm, inequivocamente, propiciado aos estudiosos da sociedade pretérita brasileira a possibilidade de reescrever a história de nosso País, agora à luz de um vasto embasamento empírico, cuja utilização foi tão-somente tangenciada, se tanto, pelos pilares da historiografia tradicional.

O futuro: dos "transbordamentos" à síntese

Em outro artigo (Motta, 1995), o qual já incorporava a definição abrangente de demografia histórica acima mencionada, corroborava-se a noção de que, "não obstante se caminhe sempre no sentido do conhecimento das características demográficas das populações do passado brasileiro, os estudos empreendidos extrapolaram largamente o elemento demográfico *stricto sensu*, tendo encontrado na historiografia terreno fértil onde se imiscuir, alargar, multiplicar" (Motta, 1995: 133-134).

De fato, ainda que não houvesse, no supracitado artigo, a pretensão de proceder a um levantamento exaustivo dos trabalhos realizados na área, a seleção efetuada, privilegiando uma aproximação de natureza temática, evidenciou sobejamente o muito que a demografia histórica tem contribuído para o conhecimento da economia e da sociedade no passado brasileiro. E tal contributo decorreu, exatamente, do fato de tais trabalhos "intrometerem-se" — de maneira contundente e, sobretudo, proveitosa — em um alentado universo temático,

perpetrando inequívoco "transbordamento" com relação à assim chamada perspectiva puramente demográfica.

Foi assim, por exemplo, no caso do estudo da estrutura da posse de escravos, que implicou a revisão da historiografia tradicional no que concerne aos padrões vigentes de distribuição da propriedade cativa, em especial com respeito à atividade mineratória e também, embora com menor alcance, no que tange à produção açucareira. Foi assim, igualmente, ao se analisarem os não-proprietários de escravos, com o que se verificou a expressiva participação desses indivíduos — amiúde marginalizados nas abordagens tradicionais — como sujeitos ativos da produção e da comercialização nos Séculos XVIII e XIX. E foi assim, para lembrarmos apenas mais um exemplo, mediante os avanços empreendidos no estudo da família brasileira, em geral, e da família escrava, em particular, com suas conseqüências, respectivamente, quanto ao redimensionamento do paradigma da família patriarcal e quanto ao crescimento vegetativo da população cativa como elemento a ser considerado ao refletirmos sobre os processos de acumulação vivenciados na sociedade escravista brasileira.

Esses "transbordamentos", cujo alcance pode ser apenas entrevisto no breve bosquejo traçado no parágrafo anterior, têm atestado, à sociedade, o grande potencial da demografia histórica, cuja relevância, de outra parte, repousa, em grande medida, no sólido embasamento propiciado pelas fontes primárias de que lança mão. E, sob este prisma, há que se salientar a variedade e a riqueza dos documentos utilizados. Esse amplo conjunto de fontes compreende desde as que poderiam ser rotuladas como "clássicas", vale dizer, os registros paroquiais (de batismos, casamentos e óbitos) e as listas nominativas de habitantes, até inúmeras outras, como os róis de desobriga, as listas de matrícula de escravos, os testamentos, os inventários, os livros de registro de terras, as escrituras de compra e venda de cativos, as cartas de alforria, os processos de tutela, os livros das irmandades, os autos de processos crime, etc.

O vasto universo de informações constante dessa base documental, salientemos

sempre, possibilita, decerto, o estudo das variáveis demográficas conducente à análise do estado, estrutura e movimentos populacionais, estudo esse que tem avançado entre nós de forma contínua. Todavia, para além disto, esses informes têm oferecido aos pesquisadores a possibilidade de transcender o aludido enfoque demográfico *stricto sensu*, adentrando aquele profícuo campo interdisciplinar onde se evidencia toda a riqueza da definição abrangente de demografia histórica por nós perfilhada.

As centenas de trabalhos produzidos na área tiveram, ademais, regra geral, um caráter nitidamente monográfico. Amiúde detiveram sua atenção em uma ou poucas localidades, variando amplamente em termos do intervalo temporal contemplado. Tão-somente alguns dentre eles adotaram um enfoque regional; todavia, boa parte destes trabalhos concentrou-se em certas áreas geográficas específicas (por exemplo, as capitânicas/províncias de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Piauí, Sergipe e Bahia) e em determinados períodos (por exemplo, o que compreende as décadas finais do Século XVIII e as iniciais do XIX).

O valor inestimável desses "transbordamentos" de natureza monográfica está na própria demanda que ora se coloca no sentido da síntese dos achados neles presentes. De fato, os estudos monográficos apontaram claramente muitas das insuficiências, quer da aproximação, ainda paradigmática, de Caio Prado Júnior, quer de autores que o sucederam, perfilhando com maior ou menor intensidade ou criticando com maior ou menor contundência o modelo pradiano, tais como Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, dentre outros. E, quase como um corolário, pode-se afirmar que é com fundamento também na profusão e riqueza dos resultados alcançados pela demografia histórica — muito embora a ela não possa, evidentemente, ser atribuído todo o crédito — que surgiram, nos últimos anos, as tentativas renovadas de interpretação da formação econômica e social brasileira elaboradas, por exemplo, em Fragoso (1990), Fragoso e Florentino (1993), Costa (1995) e

Pires e Costa (1995). Tais formulações — que se aproximam em seu comum afastamento de uma "visão exportacionista", mas que de resto apresentam discrepâncias teóricas de fundo —, não obstante o inquestionável avanço que representam, estão ainda distantes, qualquer uma delas, de fornecer aos estudiosos um paradigma alternativo.

Por outro lado, igualmente relevante parece-nos ser a retomada do estudo — agora lastreado em base empírica mais rica e, eventualmente, com visão teórica mais abrangente — dos regimes demográficos que vigoraram no passado brasileiro (cf. Marcílio, 1980). Pensamos aqui, especificamente, no esforço de elaboração a ser desenvolvido no sentido de integramos num corpo orgânico teoricamente estruturado os avanços empíricos já alcançados no que diz respeito à formação de nossas populações. Identificar os aludidos regimes, as especificidades próprias de cada grande segmento populacional (livres, escravos e forros), as peculiaridades regionais e os condicionantes devidos às várias "economias" que se definiram no correr de nossa história é tarefa urgente na busca de generalizações que possam transcender o largo apego ao empírico que, necessariamente, distinguiu grande parte do desenvolvimento da demografia histórica entre nós. Ainda no âmbito desta preocupação com o estabelecimento de visões de mais largo alcance, parece-nos muito importante a identificação dos pontos de inflexão que, certamente, marcaram nossa formação populacional.

Assim sendo, acreditamos que, *pari passu* à continuidade das linhas de pesquisa em que temos trabalhado com tanto êxito, continuidade na qual a ênfase deve radicar nas tentativas de utilização conjunta de múltiplas fontes documentais, *pari passu* ao esforço no sentido do alargamento sempre crescente, em termos espaciais e temporais, da vasta temática por nós privilegiada, deverão os pesquisadores, sobretudo, reunindo-se aos colegas acima nominados, preocupar-se com a integração dos resultados alcançados no decurso dos últimos lustros em modelos mais gerais, interpretativos de nosso evoluir histórico. Aí está, assim entendemos, o mais rico filão que se abre ao futuro da demografia histórica brasileira.

Bibliografia

- COSTA, Iraci del Nero da. Por uma definição de demografia histórica. *Boletim de História Demográfica* (on-line). São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica, Universidade de São Paulo, ano I, n. 2, jul. 1994a.
- _____. *Demografia histórica no Brasil: contribuição para o estabelecimento de um dossiê sobre avanços e desafios*. São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica, Universidade de São Paulo, out. 1994b. Mimeogr.
- _____. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*. São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica, Universidade de São Paulo, 1995. (Cadernos NEHD, n. 3)
- FRAGOSO, João L. R. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. Niterói, 1990. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- _____, FLORENTINO, Manoel G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- HAUSER, P. M., DUNCAN, O. D. Demography as a science. In: HAUSER, P. M., DUNCAN, O. D. *The study of population, an inventory and appraisal*. Chicago: Chicago University Press, 1959. p. 29-105.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Pioneira, 1977. 261 p.
- _____. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 74, n. 1, jan./fev., p. 39-48, 1980. Também publicado em: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.) *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 193-207.
- MOTTA, José Flávio. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 12, n. 1/2, p. 133-149, 1995.
- NADALIN, Sergio Odilon. *A Demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994. 111p. (Textos didáticos, v. 2).
- PATARRA, Neide. Objeto e campo da Demografia. In: SANTOS, Jair L. F. et al. (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 362 p. p.9-11. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais, v. 3)
- PIRES, Julio M., COSTA, Iraci del Nero da. O capital escravista-mercantil. São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica, Universidade de São Paulo, 1995. (Cadernos NEHD, n. 1).
- SAUVY, Alfred. *La population: sa mesure, ses mouvements, ses lois*. 10. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

Resumo

Tenta-se vislumbrar o futuro imediato que se coloca à demografia histórica brasileira. Postula-se que tal desdobramento poderá conduzir os pesquisadores, por um lado, ao aprofundamento do estudo dos regimes demográficos que vigoraram no passado brasileiro e, por outro, ao estabelecimento de uma nova síntese da formação econômica e social do Brasil, síntese esta que poderá vir a complementar e superar os modelos interpretativos já fixados na historiografia pátria.

Abstract

The paper tries to discern the immediate future awaiting Brazilian Demographic History. It postulates that this development may lead researchers on the one hand to study in greater depth the demographic patterns found in Brazilian past and on the other hand to a new synthesis of Brazilian economic and social formation. This new synthesis may complement and surpass the interpretative models established in Brazilian historiography.